

☆ continuação				Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	
18. Resultado Financeiro Líquido:					
		2018	2017		
Rendimento de aplicações financeiras		655	10.652		
Outras receitas financeiras		3.113	2.789		
Total das receitas financeiras		3.768	13.441		
Despesas de juros com empréstimos		(1.327)	(1.420)		
Outras despesas de juros		(111)	(2.680)		
Descontos concedidos		(10.442)	(19.361)		
Outras despesas financeiras		(539)	(666)		
Total das despesas financeiras		(12.419)	(24.127)		
Receitas financeiras		3.768	13.441		
Despesas financeiras		(12.419)	(24.127)		
Resultado financeiro líquido		(8.651)	(10.686)		
19. Cobertura de Seguros: Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é constituída como segue:					
	Período de vigência	Importância segurada			
		(Em milhares de Reais - R\$)			
Risco	De	Até			
Responsabilidade Civil Geral	30/05/2018	30/05/2019	5.500		
Riscos Operacionais	30/10/2018	30/04/2019	7.520		
				2018	
				(i) Até um ano	1.413
				(ii) Mais de um ano e até três anos	1.236
				(iii) Mais de três anos e até cinco anos	642
				(iv) Mais de 5 anos	683
				Total das parcelas vincendas	3.974
				Diretoria	Contador
				Diretor-Presidente Fabio Luiz Novoa Prado Diretor Vice-Presidente Marcelo Feriozzi Bacci Diretor Comercial e Industrial Paulo de Oliveira Borrego	Diretor Financeiro Walter Schalka Diretor Administrativo e de Controle Ivo Cunha Figueiredo Arvelino Cassaro CRC 1ES 007400/O-4-SSP
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis					
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Fábrica de Papel da Amazônia S.A. - Belém - PA. Opinião sobre a posição patrimonial e financeira: Examinamos o balanço patrimonial da Fábrica de Papel da Amazônia S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, o balanço patrimonial acima referido apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fábrica de Papel da Amazônia S.A. em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre o balanço patrimonial: Nossa auditoria do balanço patrimonial foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira. Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa: Fomos contratados para examinar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes Notas Explicativas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Fábrica de Papel da Amazônia S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa: Não acompanhamos as contagens físicas dos estoques existentes no início do ano de 2018, pois nossa contratação como auditores independentes ocorreu em data posterior, e não foi possível satisfazer-nos quanto às quantidades e saldos dos estoques por outros procedimentos de auditoria ou por meio da revisão da documentação de auditoria preparada por outros auditores independentes. O montante registrado na Rubrica "Estoque" em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 22.336 mil. Como os estoques iniciais são computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa, não nos foi possível determinar se seria necessário efetuar ajustes resultado do exercício, registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa de atividades operacionais registrado na demonstração dos fluxos de caixa, bem como nas mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da posição patrimonial e financeira e na formação de nossa opinião sobre o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Provisão para perdas sobre bens do ativo imobilizado: A Companhia possui o ativo imobilizado composto por um volume elevado de máquinas e equipamentos, adquiridos durante muitos períodos e que estão apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 pelo saldo de R\$ 44.983, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9. Esses ativos requerem controles individualizados e detalhados para identificação e avaliação tempestiva da necessidade de redução ao valor recuperável, seja pelo valor em uso, quanto a realização a mercado, bem como, avaliação por obsolescência ou mesmo por inexistência do referido ativo em razão de movimentações de baixa ou de uso. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, em decorrência dos potenciais efeitos envolvidos na apresentação do balanço patrimonial da Companhia, requerendo controles internos efetivos e monitoramento contínuo, objetivando identificar tempestivamente perdas existentes. Resposta da auditoria sobre o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento sobre os controles existentes para avaliação dos itens do ativo imobilizado, de maneira individualizada; • Teste de adição e baixa de itens do ativo imobilizado durante o ano de 2018; • Inspeção física de alguns itens do ativo imobilizado; • Entendimento de laudo de conciliação física e patrimonial dos itens existentes no ativo imobilizado da Companhia, com a utilização de					
terceiros contratados pela Administração; • Recálculo de depreciação; • Análise de controles sobre itens totalmente depreciados. Durante o processo de auditoria houve a necessidade de ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo imobilizado, os quais foram registrados pela Administração. Estes ajustes também revelam necessidade de revisão e aprimoramento nos controles internos. Quanto as divulgações em Notas Explicativas entendemos que estão adequadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: Fomos contratados para avaliar também as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, que foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: A auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 31 de janeiro de 2018, sem ressalva. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre o balanço patrimonial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com o balanço patrimonial contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração em relação às informações relacionadas ao balanço patrimonial, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito em relação ao balanço patrimonial. Devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não foi possível concluir se existe distorção relevante no Relatório da Administração em relação às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base					
continua →					